



JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS
NO ANO DE
2015**



JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

COMPOSIÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Frederico Wildson da Silva Dantas

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal André Carvalho Monteiro

DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Helena Pinheiro Machado Ferreira

JUÍZES FEDERAIS POR ORDEM DE ANTIGUIDADE

Sebastião José Vasques de Moraes

Sérgio José Wanderley de Mendonça

André Luís Maia Tobias Granja

Raimundo Alves de Campos Júnior

Frederico Wildson da Silva Dantas

André Carvalho Monteiro

Gustavo de Mendonça Gomes

José Donato de Araújo Neto

Felini de Oliveira Wanderley

Sérgio de Abreu Brito

Guilherme Masaiti Hirata Yendo

Antônio José de Carvalho Araújo

Rosmar Antonni Rodrigues C. de Alencar

Aloysio Cavalcanti Lima

Cristiano de Jesus Pereira Nascimento

Isabelle Marne Cavalcanti de Oliveira Lima

Camila Monteiro Pulin Milan

Flávio Marcondes Soares Rodrigues



JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2015	05
1.1. ADMINISTRAÇÃO	06
1.2. COMUNICAÇÃO SOCIAL	09
1.3. CONTROLE INTERNO	10
1.4. GESTÃO DE PESSOAS	11
1.5. GESTÃO DOCUMENTAL	13
1.6. JUDICIÁRIA	14
1.7. PLANEJAMENTO E GESTÃO	15
1.8. SOCIOAMBIENTAL	15
1.9. SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS	17
1.9.1. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA	17
1.9.2. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTANA DO IPANEMA	18
1.9.3. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNIÃO DOS PALMARES	20
1.10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste documento é relatar sobre os desdobramentos das ações propostas pela Direção do Foro e implementadas pela Secretaria Administrativa, desenvolvidas conjuntamente com os Núcleos que a integram, de Administração, de Gestão de Pessoas, de Tecnologia da Informação e Judiciário, contando com a colaboração e suporte efetivo da Seção de Planejamento e Integração Regional, com intuito de dar cumprimento ao **Plano de Gestão da Seção Judiciária de Alagoas**, proposto na atual gestão, iniciada em 08 de abril de 2015, para o biênio 2015/2017.

Outras unidades de assessoramento à Direção do Foro, a Assessoria Jurídica, Controle Interno e Comunicação Social, também contribuíram apresentando os resultados dos seus trabalhos em 2015, como também as Comissões instituídas para tratar de assuntos como gestão de Autos Findos Administrativos e Judiciários, implementação de projetos com foco em ações de sustentabilidade e organização do trabalho a partir de um planejamento de gestão efetivo, visando mitigar os efeitos das dificuldades que permeiam a administração, como insuficiência do quadro funcional e restrição de recursos, para citar apenas estes. Integra, ainda, o presente documento, o relatório das atividades desenvolvidas nas Subseções Judiciárias.

As diretrizes da Direção do Foro que nortearam as ações foram traduzidas em realizações, quantificadas, qualificadas e valoradas, organizadas por áreas de atuação. Aquelas atividades pretendidas mas não implementadas e outras que necessitarão de continuidade em 2016 foram inseridas no Plano de Gestão proposto para o exercício que ora se inicia. Por fim, consigno que os registros anotados neste documento integrarão o Relatório de Gestão relativo às ações desenvolvidas no biênio 2015/2017.

Maceió, janeiro de 2016.

FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS
Juiz Federal - Diretor do Foro



JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2015

No ano de 2015, as atividades desenvolvidas pela Administração seguiram as diretrizes estabelecidas no início da atual gestão, tendo a **Direção da Secretaria Administrativa - SECAD** gerenciado a área mediante o acompanhamento das atividades de **cada Núcleo - Administração, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Judiciário**, oferecendo o suporte necessário e coordenando as atividades de maior relevância, com o intuito de garantir a execução das prioridades definidas pela Direção do Foro.

Uma das primeiras medidas adotadas foi a realização de reuniões semanais com a Direção da SECAD e os Núcleos que a compõem, a fim de possibilitar o conhecimento mais aprofundado das necessidades e a busca conjunta de soluções. Também foram reorganizados os espaços físicos da SECAD e montado o Gabinete da Direção do Foro, compartilhado com a Direção da Secretaria Administrativa, a quem foram delegadas competências para a prática de determinados atos na área de Gestão de Pessoas, conforme o § 2.º do art. 2.º da Resolução n.º 079, de 19/11/2009, do Conselho da Justiça Federal. Através das Portarias n.º 660/2015 e 744/2015, o Diretor do Foro fez uso desse instrumento de descentralização administrativa com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões.

Vale destacar, ainda, uma inovação na sistemática de pagamento de diárias aos Oficiais de Justiça, quando do cumprimento de mandados fora da Sede, proposta pela Direção da SECAD após a ocorrência de alguns casos que justificaram a adequação do procedimento. Desse modo, tem sido buscada, sempre que possível, a adoção de medidas voltadas para a melhoria contínua dos processos de trabalho.

Outras unidades de assessoramento à Direção do Foro, como as **Seções de Assessoria Jurídica, Controle Interno, Comunicação Social e Planejamento e Integração Regional**, também ofereceram valiosa contribuição dentro de suas áreas de competência, assim como as Comissões instituídas para tratar de assuntos específicos, como **Autos Findos Administrativos e Judiciários, Gestão Socioambiental e Planejamento e Gestão**, como também vale registrar as principais realizações no âmbito das **Subseções Judiciárias**, como será visto mais adiante.

Feitas essas considerações iniciais, destacam-se as principais realizações do exercício de 2015, especificadas por área de atuação: **Administração, Comunicação Social,**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Controle Interno, Gestão de Pessoas, Gestão Documental, Judiciária, Planejamento e Gestão, Socioambiental, Subseções Judiciárias e Tecnologia da Informação.

1.1. ADMINISTRAÇÃO

Diante do cenário de crise econômica e do consequente contingenciamento orçamentário, as despesas de custeio foram monitoradas e procedidos ajustes nos contratos de prestação de serviços, com vistas à diminuição dos custos operacionais. Uma das preocupações da Administração foi com a redução do consumo de energia elétrica, tendo sido implementadas medidas como a redução do tempo de funcionamento da central de ar condicionado na Sede e a retirada de 30% (trinta por cento) das lâmpadas consideradas dispensáveis nos ambientes. Ambas serviram, ao menos, para minimizar o impacto dos reajustes tarifários sobre o montante das despesas de custeio.

No tocante às obras e reformas, a fim de garantir a efetiva aplicação dos recursos, foram priorizadas as seguintes contratações:

- elaboração de projeto básico executivo completo da obra de reforma, modernização e manutenção do Edifício Sede da JFAL;
- execução da primeira etapa da obra de reforma do Edifício Sede da JFAL;
- execução da implantação do sistema de climatização com tecnologia VRV (1ª e 2ª etapas);
- estudos técnicos, levantamentos e elaboração de projeto básico e executivo completo de engenharia e arquitetura para construção do Edifício Sede da Subseção Judiciária Federal em Santana do Ipanema;
- execução da ampliação, reforma, modernização e manutenção do Edifício Sede da Subseção Judiciária em Arapiraca.

Também foi priorizada a conclusão/resolução de pendências das obras iniciadas ainda na gestão anterior, a saber: reforma do Foyer, construção do Edifício-Sede da Subseção de União dos Palmares e construção do Edifício-Anexo da Subseção de Arapiraca, obra que havia sido abandonada pela construtora.

Foram estabelecidos cronogramas para as contratações mais críticas, negociação dos prazos para entrega dos termos de referência pela SAPE e realizadas reuniões periódicas de acompanhamento. Essa sistemática se mostrou eficaz no sentido de antecipar ao máximo os prazos e por possibilitar algumas correções em tempo de não prejudicar as fases seguintes.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Dentre as aquisições de material permanente priorizadas, destacam-se a compra de cadeiras móveis e de plataforma elevatória para equipar a nova sala de Sessões da Turma Recursal (Foyer), bem como a aquisição de livros para a Biblioteca e condicionadores de ar.

Em que pese o contingenciamento orçamentário sofrido durante o exercício, os esforços para garantir a efetiva aplicação da dotação orçamentária recebida foram recompensados. A seguir, pode-se verificar os valores executados e os não executados (dados informados pela SOF-NA) em 2015:

- **CUSTEIO** (fixas) - **R\$ 9.974.981,29**

- Valor não executado - **R\$ 60.186,25**

- Ações de Informática - **R\$ 1.138.125,11**

- Valor não executado **R\$ 6.939,53**

- Capacitação de Recursos Humanos - **R\$ 233.382,05**

- Valor não executado **R\$ 11.057,35**

- Capacitação de Magistrados - **R\$ 57.826,09**

- Valor não executado **R\$ 2.936,66**

- Comunicação e Divulgação institucional - **R\$ 72.263,01**

- Valor executado **R\$ 4.152,00** (foi devolvido o montante de R\$ 68.111,01 sem execução, em razão da licitação ter sido fracassada sem que houvesse tempo hábil para repetir o certame).

- Assistência Jurídica a pessoas carentes - **R\$ 4.481.958,79**

- Valor não executado **R\$ 306,86**

- **INVESTIMENTO**

- Julgamento de Causa- **R\$ 383.752,94**

- Valor não executado **R\$ 14.339,48**

- Ações de Informática - **R\$ 828.847,80**

- Valor não executado **R\$ 8.899,80**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

- Reforma do Edifício Sede - **R\$ 11.428.571,00**
- Valor não executado **R\$ 4.546.250,97** – (desse total foi devolvido o valor de R\$ 3.329.000,00, disponibilizado em 29/12/2015, sem que houvesse tempo hábil para realizar o certame).

- Construção do Anexo em Arapiraca - **R\$ 767.759,97**
- Valor totalmente executado

- Reforma do Edifício sede em Arapiraca - **R\$ 82.241,00**
- Valor não executado - **R\$ 50.916,36**

- Construção do Ed. Sede em Santana do Ipanema - **R\$ 300.000,00**
- Valor não executado **R\$ 61.000,00**

- VALOR ORÇAMENTÁRIO INSCRITO EM RESTOS A PAGAR - 2015:

- CUSTEIO -	R\$ 1.445.820,85
- INVESTIMENTO -	<u>R\$ 9.109.665,13</u>
TOTAL	R\$ 10.555.485,98

Antes do final do exercício, a Direção do Foro elaborou um plano de redução das despesas, em face do cenário de restrição orçamentária e das perspectivas pouco animadoras para o exercício seguinte. Dentre as medidas determinadas, vale ressaltar:

1. Foram empenhadas em restos a pagar as despesas com contratos, de competência do exercício de 2015, evitando a necessidade de emissão de empenhos de despesas de exercícios anteriores em 2016;
2. Deixaram de ser assumidas novas despesas continuadas com impacto em 2016;
3. Somente foram contratadas obras e reformas que pudessem ser integralmente empenhadas em 2015;
4. Foram agilizados, na medida do possível, pedidos de repactuações contratuais em andamento, para viabilizar o empenho ainda em 2015;
5. Foi adquirida a maior quantidade possível de materiais de consumo e de expediente.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Dando continuidade ao registro das ações realizadas pela Administração, merece destaque ainda, a instalação de **7 (sete) catracas** de identificação digital para o controle do acesso do público ao prédio, oferecendo, conseqüentemente, maior segurança ao corpo funcional da JFAL e aos jurisdicionados; o recebimento de **6 (seis) veículos novos FIAT – Pálio Weekend** (processo nº 582/2014); a tentativa de aquisição de veículos novos para renovação da frota (processo nº 914/2015), o que não se deu em função dos orçamentos apresentados estarem acima do teto permitido, qual seja de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme Plano Anual de Aquisição de Veículos expedido pelo Conselho de Justiça Federal; e, ainda, a doação de **7 (sete) veículos em desuso**, classificados como irrecuperáveis e antieconômicos, para Instituições Sociais Filantrópicas (processo nº 1261/2013).

1.2. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Apresentado em forma impressa em expositores fixados em pontos de grande visibilidade (elevadores, recepções de vara e corredores) dentro dos prédios Sede e das demais Subseções, o jornal semanal interno, intitulado “**JFAL Interativo**”, que tem como objetivo divulgar notícias semanais de interesse aos servidores da instituição, bem como avisos e dicas, passou a ser publicado semanalmente, a partir de **1º de Julho de 2015, tendo sido contabilizadas, até o final do ano de 2015, 26 edições**. Antes dessa data, o jornal interno “**JFAL Interativo**”, era produzido mensalmente.

Também merece ser enfatizado o lançamento do vídeo sobre a **História da Segunda Fase de Implantação da Justiça Federal no Estado de Alagoas**. O evento foi inserido dentro das comemorações dos 125 (cento e vinte e cinco) anos de criação da Justiça Federal no Brasil, no dia 16 de outubro, no Complexo Cultural do Teatro Deodoro. Idealizado junto com a Direção



do Foro e sob a coordenação e constante colaboração do juiz federal Antônio José de Carvalho, o documentário trata da segunda fase da JFAL, quando foi reinstalada, após ser extinta por 30 anos. O trabalho busca contar um pouco dessa história, a partir da visão daqueles que

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

fazem e fizeram parte dela. Numa série de entrevistas que inauguram a primeira etapa de um trabalho de resgate da história oral da Justiça Federal em Alagoas, há relatos históricos do ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), alagoano Pedro da Rocha Acioli; dos desembargadores federais **Francisco Wildo Lacerda Dantas** e **Paulo Roberto de Oliveira Lima**; do médico **Arnoldo Gomes de Barros**, filho do fundador da Justiça Federal em Alagoas quando de sua recriação, **Carlos Gomes de Barros**, além dos servidores aposentados **Leonita de Melo Rêgo**, primeira diretora-administrativa da casa e **Jair Narciso Tavares**.

Em 30 (trinta) minutos de vídeo, os entrevistados trazem detalhes de um trabalho que começou em 1967 e foi se desenvolvendo com magistrados e servidores que se confessam apaixonadas pela missão de proporcionar todos os meios para que a justiça seja feita em seu sentido mais amplo. A segunda fase do vídeo está sendo preparada com outros personagens da história mais recente, a fim de que a memória seja preservada, dada a importância de conservar fotos, documentos, objetos e garantir o registro da história por quem a vivenciou.



1.3. CONTROLE INTERNO

No exercício de 2015, houve uma mudança na equipe da SCI, tendo sido iniciado um trabalho de reorganização da unidade. Como medidas propostas e acatadas pela Direção do Foro, destacam-se:

- 1 - A realização da Conformidade de Gestão no SIAFI, antes atribuída aos membros da SCI, passou a ser exercida pelos servidores Alexandre José Castro de Araujo e Flávia Rodrigues Leão Monteiro, como titular e substituta respectivamente, do Núcleo de Administração, designados por intermédio da Portaria nº. 847/2015 – DF/JF/AL;
- 2 - O arquivamento dos Processos Administrativos foi atribuído à Seção de Arquivo e Depósito Judicial, em face da Portaria nº. 846/2015 – DF/JF/AL;

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

3 – Passou-se a adotar, nas auditorias realizadas pela SCI nos Processos Administrativos, a técnica de amostragem, tendo por método de coleta a tabela Philips, como é praticado no TRF5 (Portaria nº. 848/2015 – DF/JF/AL);

4 – Foi incluída no Plano de Capacitação de 2016 a capacitação dos servidores do Controle Interno.

Durante o mês de novembro, a Seção Judiciária recebeu a Equipe de Auditoria da Subseção de Controle Interno do TRF 5ª Região, a fim de realizar uma auditoria nas folhas de pagamento, tendo sido identificados alguns achados, os quais nortearam medidas saneadoras, tais como: a formalização do fluxograma da tramitação dos processos da folha de pagamento; a atualização do passivo de processos de folhas de pagamento pendentes de auditoria; e a transferência para o Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação da atribuição de cadastramento e atribuição de senhas no SIAFI.

Finalmente, vale destacar que foi elaborado pela SCI o **Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI**, referente ao exercício de 2016, em atendimento ao disposto no item 18, do Manual de Auditoria da Justiça Federal da 5ª Região, aprovado através do Ato nº 60/2010, do Presidente daquela egrégia corte. O PAACI contempla as atividades que foram consideradas no planejamento da unidade de controle interno e que deverão ser exercidas, sempre que possível, de forma concomitante aos atos controlados.

1.4. GESTÃO DE PESSOAS

Com o início na nova gestão, a partir de abril de 2015, a meta principal foi oferecer um melhor atendimento ao cliente interno (magistrados e servidores). A partir do diagnóstico dos problemas e das questões que demandavam maior empenho para resolução, foi feita uma redistribuição do trabalho, de modo que sempre um servidor pudesse realizar o atendimento de forma satisfatória. Ocorreu, também, mudança no layout da unidade, com a finalidade de organizar melhor o espaço físico, bem como as atividades de cada Seção.

Foi adotada uma nova sistemática para agilizar o cumprimento de decisões judiciais que visam a inclusão de quaisquer benefícios ou vantagens em folha de pagamento, oferecendo maior segurança e um controle mais efetivo, tendo sido determinado pela Direção do Foro que a comunicação da decisão judicial seja enviada diretamente ao NGP, através do email ngp.decisaojudicial@jfal.jus.br, que após procedimentos relativos à implementação, comunicará o fato à Advocacia-Geral da União e à Vara Federal.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Com o objetivo de proporcionar e incentivar boas práticas para a promoção do bem-estar físico e emocional dos servidores desta Seção Judiciária e a modernização das atividades de segurança institucional e de transporte, através da Resolução nº 11/2015 TRF5, foram criados a **Seção de Qualidade de Vida,**

o Setor de Transporte e o Setor de Segurança, conforme proposta apresentada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, através do Ofício nº 00029/2015 - GDF. Através da Seção de Saúde foi reintroduzida a ginástica laboral em todas as unidades da sede da JFAL, visando à prevenção e



combate das Lesões por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho, trabalho que vem recebendo muito boa aceitação.

Ainda na área de Gestão de Pessoas, merecem destaque a realização dos cursos de **“Tiro Defensivo para Magistrados”** e o curso promovido, pelo Núcleo Seccional da ESMAFE5ª, sobre o tema **“O Novo CPC: teoria geral, tutelas de urgência e procedimento comum”**.

Também merece ser ressaltada a parceria proposta pela Direção do Foro à ASSEJUF para a construção, por meio de “Termo de Cooperação”, do **“Centro de Convivência dos Servidores”**, ficando definido que a Associação custeará o projeto e a JFAL doará o terreno e realizará a obra, inserida no Plano de Obras de 2017. Destina-se a atender os servidores e seus familiares com espaço para ações de saúde e qualidade de vida, prática de esportes e descanso entre as jornadas de trabalho.

Por fim, vale ressaltar a realização de evento alusivo ao Dia do Servidor Público. Com o tema **“Qualidade de Vida e Responsabilidade Ambiental”** aconteceram, nos dias 27 e 28 de outubro, ações educativas e preventivas de saúde, exposição fotográfica, atividades de estimulação corporal e estética, oficina de arranjos florais, apresentação artística com talentos da casa. Durante o evento também ocorreu o lançamento do programa de sustentabilidade da Seção Judiciária de Alagoas, cuja meta inicial é a adoção do uso racional dos recursos disponíveis e a destinação correta dos resíduos na sede da SJAL e nas Subseções.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



1.5. GESTÃO DOCUMENTAL

A **Comissão de Autos Findos Administrativos** examinou cerca de **10 (dez) mil** processos, sendo que, dos mais de **3 (três) mil** processos disponibilizados pela equipe de triagem, foram digitalizados aproximadamente **70% (setenta por cento)**. Vale salientar que embora tenha sido prevista uma meta de digitalizar no 2º semestre em torno de 28 (vinte e oito) mil páginas, **foram efetivamente digitalizadas mais de 53 (cinquenta e três) mil páginas**.

A meta para o ano de 2016 é a conclusão dos processos administrativos que já foram disponibilizados pela triagem, além dos processos de Recursos Humanos que ainda precisam de passar pela equipe de triagem.

No que se refere à **Comissão de Autos Findos Judiciais**, no ano de 2015, os trabalhos foram direcionados na eliminação das ações ordinárias e demais classes, obtendo com esse resultado uma eliminação de **18.038 (dezoito mil e trinta e oito) processos**. Considerando os anos de 2014 e 2015, a Gestão de Autos Findos eliminou o quantitativo de aproximado de **40.000 (quarenta mil) processos judiciais**.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Considerando o elevado acervo disponibilizado para eliminação de processo, a Seção Judiciária de Alagoas, por meio da Comissão Socioambiental realizou um termo de parceria com a Cooperativa de Catadores da Vila Emater – COOPVILA, com a finalidade de recolher material reciclável acondicionado na sede da JFAL, sobretudo processos de Autos Findos. O trabalho foi acompanhado pelos integrantes da Comissão de Gestão de Autos Findos, Gustavo Melo e Wellington Carvalho, bem como pela coordenadora, Giselle Rolemberg, da Comissão Socioambiental, e o oficial de justiça e avaliador federal, Wellington Soares Lucena, que acompanhou todo o procedimento de fragmentação dos referidos autos para fins de reciclagem.



1.6. JUDICIÁRIA

A partir do dia 1º de junho de 2015, foi estabelecida a utilização facultativa do **Processo Judicial Eletrônico - PJE** para ajuizamento e tramitação das demandas judiciais da classe **Execução Fiscal**, no âmbito da jurisdição da sede desta Seção Judiciária, bem como a utilização obrigatória do Processo Judicial Eletrônico - PJE para ajuizamento e tramitação das demandas judiciais da classe Execução Fiscal, no âmbito das Subseções Judiciárias de União dos Palmares, Arapiraca e Santana do Ipanema. A partir de agosto de 2015, foi estabelecida a utilização obrigatória do Processo Judicial Eletrônico - PJE para o processamento e tramitação das demandas judiciais da classe **Execução Penal**, bem como todos os seus incidentes processuais e ações conexas, no âmbito desta Seção Judiciária e suas Subseções. Finalmente, em setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade da utilização do Processo Judicial Eletrônico - PJE para a tramitação de **cartas de ordem, rogatórias e precatórias derivadas de processos penais, cíveis e fiscais, seus incidentes e ações conexas.**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Destacam-se, também, a implantação do Sistema SAP – controle de penas, disponibilizado para a 4ª Vara e gerenciado pelo Núcleo Judiciário; a formalização de convênio com a Junta Comercial do Estado de Alagoas, para fins de liberação do Portal JUCEAL aos usuários da Seção Judiciária; o cadastramento de todos os usuários da SJAL no Portal CNIS e no sistema INFOSEG; e, ainda, a extinção da CEMAN, tendo os Oficiais de Justiça sido lotados nas Varas Federais situadas na Sede.

1.7. PLANEJAMENTO E GESTÃO

A **Comissão de Planejamento e Gestão – CPG** foi instituída por intermédio da Portaria nº. 659/2015 – DF/JF/AL, com os seguintes objetivos principais: implementação de medidas destinadas à racionalização, ao controle e ao aperfeiçoamento da gestão, buscando otimizar a atividade administrativa, fomentar a gestão eficiente dos recursos públicos, promover a racionalização de rotinas e de fluxos de procedimentos internos, elevar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade e de adotar as melhores práticas de gestão, com atuação alinhada ao planejamento estratégico.

A Comissão se reuniu em três oportunidades – 14 de agosto, 30 de setembro e 10 de novembro de 2015 – ocasiões em que foram amplamente discutidos temas relacionados às dificuldades enfrentadas pelas unidades e suas respectivas possibilidades de solução, enfatizando a importância da proposição de medidas conjuntas para fazer frente às limitações identificadas.

Nesse intuito, a CPG promoveu um diagnóstico gerencial, a fim de levantar as necessidades de cada unidade integrante e de colher sugestões de melhoria e as respectivas propostas de projetos e ações a serem trabalhadas em 2016, com destaque para o mapeamento de processos de trabalho, realização de pesquisa de satisfação com os serviços da SECAD e iniciar estudos para implantação da metodologia de projetos.

1.8. SOCIOAMBIENTAL

Dentre as atividades desenvolvidas pela **Comissão Socioambiental da Seção Judiciária de Alagoas**, designada por meio da Portaria nº. 466/2015 – DF/JF/AL, merecem destaque a realização do Diagnóstico Socioambiental da Seção, a partir do qual foram propostas medidas à Direção do Foro, que definiu aquelas que seriam priorizadas e/ou efetivamente

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

implementadas, dando origem ao Plano de Ação que foi executado no segundo semestre de 2015, a exemplo da realização de processo de habilitação pública para seleção de cooperativas ou associações de catadores para fins de recebimento de material reciclável; aquisição de canecas em inox, a serem distribuídas no próximo exercício como incentivo à redução da utilização de copos descartáveis e a realização de eventos e de ações para divulgação interna.

A Comissão participou efetivamente do planejamento do evento que marcou a comemoração do Dia do Servidor Público, realizado nos dias 27 e 28 de outubro, tendo como tema central **“Qualidade de Vida e Sustentabilidade”**. A ASSEJUF entrou como parceira e distribuiu camisetas para a prática de atividades físicas, idealizada com várias frases voltadas para a conscientização ambiental e incluindo a logomarca do Programa JFAL Socioambiental, oficialmente lançado durante o evento, quando aconteceu uma palestra com o tema **“Meio Ambiente e Sustentabilidade”**, com foco na conscientização, ministrada pelo Dr. José Maria Barbosa, Advogado da AGU, que distribuiu, no encerramento, mudas de árvores. Também foi produzido e distribuído um folder contendo as principais medidas aprovadas pela Direção do Foro. Além dessas ações, foram afixados adesivos nas dependências dos prédios, dando início à campanha interna contra desperdícios no uso dos recursos.



SEMANA DO SERVIDOR

27 e 28 de outubro
SALÃO NOBRE DA JUSTIÇA FEDERAL

Saúde, bem estar

Brindes Coquetel

MÚSICA AO VIVO

Exposição de fotos e vídeos

Programa Judiciário Justiça Federal em Alagoas Qualidade de Vida e Responsabilidade Socioambiental

27 de outubro de 2015
Local: Salão Nobre do Edifício - Sede da Seção Judiciária de Alagoas
Horário: das 14:00h às 18:00 horas
14:00h - Abertura do Programa "Qualidade de Vida"
14:30h - Standt sobre Qualidade de Vida e Bem Estar
Medição de pressão arterial e glicemia, índice de gordura corporal
Prevenção e cuidados com a hipertensão e Diabetes
Dicas saudáveis e orientações sobre alimentação
Vacinação
Massagem e limpeza de pele
16:00h Ginástica Laboral
17:00h Feira de Doação e Troca de Livros
18:00h Encerramento

28 de outubro de 2015
Local: Salão Nobre do Edifício - Sede da Seção Judiciária de Alagoas
Horário: das 14:00h às 18:00 horas
14:00h - Abertura do Programa "JFAL Socioambiental"
14:30h - Palestra "Meio Ambiente e Sustentabilidade"
(Dr. José Maria Barbosa - Advogado da AGU)
15:00h Oficina de Arranjos Florais e exposições
16:00h Apresentação do Vídeo Institucional - 1ª parte
17:00h Lanche da Tarde e Apresentação Musical
18:00h Encerramento



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

1.9. SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

1.9.1. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA

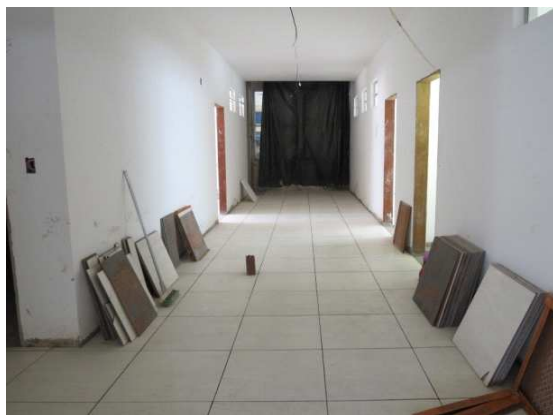
O Juiz Federal **Aloysio Cavalcanti Lima** foi designado por meio do Ato nº 144/2015, na data de 25/03/2015 para o exercício da função de Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Arapiraca, no período de 09/04/2015 a 31/03/2017. Além das atividades administrativas rotineiras da Subseção desenvolvidas na atual gestão, destacam-se as seguintes:

- Continuidade da obra do anexo da Subseção Judiciária de Arapiraca;
- Reforma Orgânica Administrativa da Subseção;
- Cadastramento de Veículos Oficiais;
- Regulamentação do uso do estacionamento interno e externo;
- Participação institucional em evento do Governo do Estado de Alagoas;
- Implantação de medidas de contenção de despesas, a fim de promover o encerramento das atividades internas às 17h sem prejuízo dos atendimentos ao público nem das medidas de urgência;
- Manutenção do portão elétrico e instalação da cerca elétrica;
- Manutenção da CEMAN Arapiraca.

Situação da obra do Anexo:



agosto de 2015



dezembro de 2015

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

4.2. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTANA DO IPANEMA

A Juíza Federal **Isabelle Marne Cavalcanti de Oliveira Lima** foi designada para a 11ª Vara pelo Ato nº 238, de 11 de maio de 2015, da Presidência do TRF5. Contudo, a Juíza Titular não iniciou o exercício da judicatura naquela Vara, uma vez que, desde sua remoção, passou a responder pela 2ª Vara Federal com prejuízo de jurisdição, para além de outras designações, tal qual a designação para, sem prejuízo da jurisdição originária, compor a vaga temporária (suplência) da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas, no período de 07/01/2015 a 06/01/2017 (Ato nº 819 de 2014 da Presidência do TRF5).

Assim, em 14 de maio de 2015, foi designado o Juiz Federal Substituto **Carlos Vinícius Calheiros Nobre**, para, com prejuízo de sua jurisdição, responder pela 11ª Vara no período de 11 de maio a 26 de junho (Ato nº 328 de 14 de maio de 2015, da Corregedoria do TRF5). A designação foi prorrogada para 15 de julho de 2015 por meio do Ato nº 428 de 19 de junho de 2015, da Corregedoria do TRF5.

Por intermédio do Ato nº 491 de 03 de julho de 2015, da Corregedoria do TRF5, foi designado o Juiz Federal Substituto **Flávio Soares Marcondes Rodrigues**, para, sem prejuízo de jurisdição, responder pela 11ª Vara no período de 15 de julho de 2015 até ulterior deliberação. Em razão da fruição de férias, foi designado para responder pela Subseção, no período de 14 de outubro a 18 de novembro, o Juiz Federal **Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar** (Ato nº 824 de 08 de outubro de 2015, da Corregedoria do TRF5).

Por fim, em 11 de novembro de 2015, foi designado para responder pela 11ª Vara, a partir de 19 de novembro até ulterior deliberação, o Juiz Federal Substituto **Carlos Vinícius Calheiros Nobre**, por meio do Ato nº 985 de 2015, da Corregedoria do TRF5.

Em que pese a alternância de magistrados, todos os Juizes Federais que tiveram passagem pela 11ª Vara não mediram esforços em garantir a excelência na gestão administrativa, contribuindo para o cumprimento dos escopos institucionais da Justiça Federal da 5ª Região. Dentre as ações, destacam-se:

- Participação no treinamento “JUCEAL Conveniadas”;
- Participação no curso EAD “Formação de Conciliadores – Justiça Federal”;

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

- Participação no curso “Novo CPC – Destaque das Principais Novidades”, a partir de 07 de julho de 2015;
- Participação no Curso “Novo Código de Processo Civil: Teoria geral, tutelas de urgência e procedimento comum”;
- Visita do Diretor do Foro à Subseção de Santana do Ipanema;

Alterações no espaço físico da Subseção, mediante a utilização de divisórias melhoria do para espaço destinado à espera do público em geral e advogados para audiências e perícias;

- Início do processo de construção da nova sede;
- Participação no curso “Coaching aplicado à liderança”;
- Implementação, no dia 5 de novembro, da campanha “Adote uma Caneca!”, abolindo no âmbito da Subseção, o uso de copos descartáveis pelos servidores, estagiários e terceirizados, deixando-os disponíveis, tão somente, para o público em geral. Estima-se que com tal medida, se consiga uma redução anual de, aproximadamente, 36.000 (trinta e seis mil) copos descartáveis.

Alterações no espaço físico da 11ª Vara:





JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Campanha Adote uma Caneca!



4.3. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNIÃO DOS PALMARES

O Juiz Federal **Guilherme Massaiti Hirata Yendo** foi removido para a Subseção Judiciária de União dos Palmares por meio do Ato nº 154/2014- TRF5ª. Dentre as principais atividades realizadas no ano de 2015, destacam-se:

1. Monitoramento das pendências da construção do prédio sede desta Subseção Judiciária, com a conclusão da maioria dos pontos pendentes junto à Construtora desde a inauguração;
2. Recebimento definitivo dos elevadores do prédio sede desta Subseção;

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

3. Monitoramento do escoamento dos dejetos do prédio sede desta Subseção junto à Prefeitura Municipal de União dos Palmares e SAAE, além de se dar início às tratativas de projeto conjunto e definitivo para sanar tal problema;
4. Desenvolvimento de estudo sobre economia de energia elétrica via adequação do horário de funcionamento das varas;
5. Divulgação da campanha de conscientização dos servidores para as diretrizes sócio-ambientais;
6. Acompanhamento do registro do prédio sede junto à Secretaria do Patrimônio da União – SPU;
7. Divulgação das notícias institucionais via afixação do Jornal Mural do TRF e do Jornal Semanal da JFAL nos displays cedidos pela Seção de Comunicação;
8. Implantação de medidas internas para redução do consumo de energia elétrica, a partir de setembro/2015, resultando em uma economia financeira de 15% nos meses de setembro e outubro/2015.

Vale registrar a visita do Diretor do Foro à Subseção Judiciária de União dos Palmares, realizada em 17 de agosto de 2015, que foi acompanhada pela Diretora Administrativa da JFAL, Helena Pinheiro.



Na ocasião, foi abordada a pauta administrativa relativa à 7ª Vara, inspecionada a conclusão da obra da Sede e estabelecida uma interlocução com a Prefeitura Municipal para tratar de temas institucionais e facilitar futuras parcerias na resolução de demandas que envolvam a Administração da Justiça Federal e a Administração local.

1.10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Dentre as principais realizações na área de TI, merecem destaque:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Implantação do Datacenter da JFAL,

O projeto do ambiente de DATACENTER da JFAL (duas salas DC1 e DC2) foi concebido para garantir um ambiente fisicamente seguro obedecendo a novos conceitos de segurança, infraestrutura e flexibilidade necessários às demandas atuais e futuras dos sistemas corporativos da JFAL. Engloba também o atendimento às boas práticas de política de segurança da informação, no tocante a recursos de segurança, que incluem sistemas redundantes de energia ininterrupta, grupos geradores dedicados, climatização, sistemas de controle de acesso e CFTV, detecção e alarme de incêndio, automação, redundância das redes lógica e elétrica, piso elevado, etc.

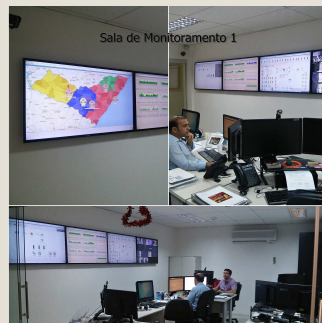
Concebido para o acompanhamento das atividades tecnológicas, bem como o controle efetivo dos serviços, o NOC (network operation center) foi implantado na sala da Seção de Infraestrutura, onde os técnicos de TI monitoram todas as atividades em tempo real.

No ano de 2015 foi adquirida e implantada a Solução de expansão do sistema de armazenamento STORAGE V7000 com solução de virtualização SVC, incorporando todo o legado de armazenamento da JFAL.

Criação do DFS JFAL

Nova estrutura de pastas e arquivos transparecendo o organograma da JFAL, desenvolvido para prover maior organização e segurança da informação, deixando definido de forma clara e objetiva a condição de PASTA DEPARTAMENTAL e PASTA PÚBLICA das pastas de trabalho que atendem as varas Federais e Secretaria Administrativa

DATA CENTER



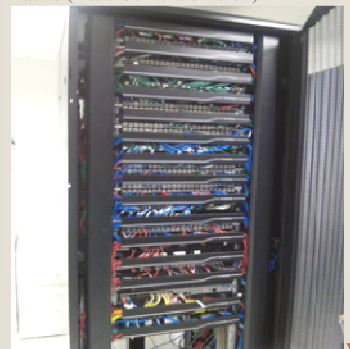
ONOC (Sala de Monitoramento)



NOC (Sala de Servidores)



Racks (Data Centers 01 e 02)



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Fale com o Diretor

Tendo por motivação uma solicitação do Diretor do Foro, foi elaborado e desenvolvido um canal de comunicação para acesso do Jurisdicionado à Direção do Foro. Através de um formulário disponibilizado em (<http://www.jfal.jus.br> -> Institucional -> Fale com o Diretor) é possível enviar uma mensagem diretamente ao Magistrado Diretor do Foro, seja para dirimir dúvidas, fazer críticas, realizar sugestões ou qualquer outra solicitação.

Pauta de audiências

Com o fim de atender uma demanda dos diretores de secretaria o NTI da JFAL desenvolveu uma solução para disponibilizar a pauta de audiências do sistema PJe no site da Seção Judiciária. A informação (designação, redesignação, cancelamento, etc) é disponibilizada em tempo real trazendo transparência para o andamento processual, bem como auxílio ao público interno (servidores) na organização das atividades judiciais. (<http://www.jfal.jus.br/servicos/processos/eletronicos/pautas-de-audiencias>).

Certidão Unificada

Desenvolvido pela Seccional de Pernambuco - SJPE, a versão mais recente do sistema de emissão/validação de Certidões tem como ponto principal produzir seus resultados através da consulta integrada aos sistemas TEBAS (Processos Físicos) e PJe (Processos Eletrônicos). O software foi remodelado de forma a ter mais segurança e algumas outras funcionalidades foram integradas a nova versão. Agora, existe a possibilidade de liberação de certidões positivas após a avaliação do setor competente, todos os CPF's e CNPJ's são consultados na base da receita federal dando maior segurança ao processo. O sistema encontra-se aguardando homologação pela área de negócio para depois de autorizado pela Direção do Foro ser liberado para entrar em produção.

Recadastramento e atualização nas tabelas de usuários

Conforme determinação da Direção do Foro, foi efetuado o recadastramento de todos os usuários da JFAL visando a organização, atualização e manutenção das tabelas de usuários dos diversos sistemas corporativos.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

AQUISIÇÕES 2014

A partir da liberação dos recursos orçamentários do final do exercício 2014 foram adquiridas algumas tecnologias visando a manutenção e o incremento no parque instalado de TI da JFAL, tais como:

- ✓ Ultrabooks para os Magistrados;
- ✓ Licenças de software do Dicionário Aurélio para Rede Corporativa;
- ✓ Incremento do Sistema de Firewall;
- ✓ Impressoras multifuncionais;
- ✓ Solução Completa de Vídeo Conferência pra Varas Federais e Secretaria Administrativa;
- ✓ Ativos de Rede Corporativa (Switches);
- ✓ Outras tecnologias diversas de manutenção do parque instalado de TI.

AQUISIÇÕES 2015

Com a disponibilização por parte da gestão JFAL de recursos, os quais foram convertidos para MTGI, bem como a liberação de outro montante de tais recursos orçamentários pelo TRF5^a, foram adquiridas as tecnologias abaixo relacionadas as quais visam a implementação, manutenção e incremento no parque tecnológico de TI:

- ✓ Incremento no sistema de virtualização e armazenamento de storage do Data Center;
- ✓ Renovação de 30% do parque tecnológico de microcomputadores;
- ✓ Incremento da solução de telefonia Voz sobre IP (VOIP);
- ✓ Aquisições diversas visando atender a infraestrutura tecnológica dos Magistrados, Núcleo de Tecnologia da Informação e da Seção de Comunicação.